

Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO). @ leila.passos777@yahoo.com.br
Alba Maria Pinho de Carvalho é Doutora em Sociologia (UFC), com pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra/Portugal. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPG-UFC e membro da Rede de Pesquisadores Universitários sobre América Latina (RUPAL). @ albacarvalho@gmail.com

Medo e insegurança nas margens urbanas:

uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim

**Fear and (in)security in urban margins:
an interpretation of “live cornered” in stigmatized
territories of Greater Bom Jardim**

Leila Maria Passos*
Alba Maria Pinho de Carvalho*

RESUMO: Este artigo interpreta produções discursivas sobre as margens urbanas como espacialidade de medo e inseguranças, sob o ponto de vista de residentes de territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza-Ce. Trata-se de recorte de minha tese de doutoramento sobre significações de pobreza e lugar(es) ensejadas nas margens urbanas nesta metrópole nos anos 2000. Optei pela pesquisa qualitativa, com a adoção da observação participante e entrevistas etnográficas. Realizei estudo socioantropológico circunstanciado em dois territórios desta região, sobre os quais recaem estigmatizações e segregações socioterritoriais e de desqualificação social de seus residentes em condição de pobreza. Nestes espaços, delineiam-se lutas simbólicas cotidianas e intraterritoriais urdidas entre seus residentes em relação aos sentidos atribuídos aos seus locais de moradia. Problematisa-se, aqui, aversão que concebe o território vivido como espacialidades de medo e inseguranças sintonizadas com práticas topofóbicas de habitá-las e sociofóbicas de evitação social. Tal perspectiva demarca tendências de um “viver acuado” nestes espaços, a exigir reflexões multivocais e polissêmicas sobre o viver nas margens urbanas em tempos contemporâneos, considerando a face hibridizada do Estado assistencial-punitivo atuante nesta região.

Palavras-chave:
margens urbanas;
territórios
estigmatizados;
medo e
insegurança.

I ntrodução

Este artigo aborda produções discursivas sobre as margens urbanas (TELLES, 2010) em tempos contemporâneos. Interpreto narrativas e experiências de residentes de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005) da região

1 Situada na zona sudoeste de Fortaleza-Ce, a região do Grande Bom Jardim é formada pelos seguintes bairros oficiais: Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Siqueira. Possui uma população de 175.144 habitantes, segundo registro do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000. Além de região mais populosa de Fortaleza, é também considerada uma das mais violentas e de concentração de pobreza e extrema pobreza da capital, elementos fundamentais para considerá-lo um território duplamente estigmatizado. Concentra elevados indicadores de pobreza/extrema pobreza e de violência urbanas da capital. Faz parte da Secretaria Executiva Regional V, uma das seis unidades administrativas em que se encontra dividida o município de Fortaleza-Ce.

2 Áreas de risco geográfico são definidas segundo critérios físico-geográficos, a saber: inundações, alagamento, deslizamentos e desmoronamento. Nos três bairros escolhidos – Genibaú, Granja Portugal e Bom Jardim – destaco as seguintes áreas de risco com seus respectivos quantitativos de famílias atingidas: Comunidade do Capim (407), Maranguapinho II (1.516), Canal de

do Grande Bom Jardim¹, em Fortaleza-Ce, que significam seus locais de moradia como espacialidades de medo e inseguranças. Trata-se de recorte específico de minha tese de doutoramento em sociologia sobre as significações de pobreza/ “ser pobre” e lugares nas margens urbanas desta metrópole, sob os pontos de vista de seus moradores. Busquei trazer, ao centro deste debate público, os esquemas classificatórios (BOURDIEU, 1996; 1997; 2009) usados pelos(as) narradores(as) nestes espaços, adensando um campo multivocal e polissêmico de reflexões sobre suas experiências e ressignificações, fabricadas/reproduzidas no *viver nas margens das margens*, em condições espacializadas da pobreza na contemporaneidade.

Esta pesquisa ensejou uma versão crítico-interpretativa circunstanciada em territórios de fronteiras desta região, conhecidos e reconhecidos localmente como “áreas de riscos geográficos”² e “favelas”³, marcados por elevados indicadores sociais de pobreza socioeconômica e violência urbana⁴. Sobre estes recaem estigmatizações socioterritoriais com efeitos de desqualificação e aviltamento sociais de seus residentes nos contextos de Fortaleza e do Grande Bom Jardim. Na linguagem dos próprios narradores, seus lugares praticados (CERTEAU, 1994) constituem, sob o olhar de não residentes (nomeados os “*de fora*”), o “*vixe do vixe*” de uma região inscrita nas margens de Fortaleza. Espaço urbano posto sob acusações sociomorais e criminalizações *a priori* reprojatadas sobre seus moradores.

Visibilizados como locais de cristalização de pobreza e violência urbana, o Grande Bom Jardim e seus territórios constitutivos – na radicalidade das suas reconhecidas “favelas e becos” – são submetidos a modelizações negativadas propaladas no senso comum fortalezense, amplamente disseminadas nestes anos 2000 sobre a figura dos “pobres das periferias”⁵, seja como encarnação do mito de *retorno das classes perigosas* (ZALUAR, 2000), seja como símbolo do “fracasso social” neste modo de vida capitalista em tempos contemporâneos (BAUMAN, 2013). Tais processos encontram-se travejados por tensões, conflitos, esquivas, recusas e/ou reproduções dos discursos hegemônicos sobre pobreza/“ser pobre” e lugares fabricados nestas margens, segundo quem as vivencia, ressignifica e recria cotidianamente. Instauram-se lutas de classificações entre e intraterritórios da região do Grande Bom Jardim e no contexto de Fortaleza.

Configuram-se lutas simbólicas entre discursos de *requalificação/ressignificação* e de desqualificação/estigmatização desta região e, por conseguinte, de determinados territórios constitutivos e de seus moradores. Sobre estes recaem, com maior densidade, estigmas socioterritoriais, ora recusados e/ou dissimulados, ora reproduzidos e fortalecidos nos esquemas

classificatórios locais. Estas lutas de classificações em curso no Grande Bom Jardim efetivam-se, simultaneamente, em distintos espaços e níveis: por um lado, no espaço público e coletivizado, a partir de mobilizações e debates gestados por segmentos organizados da sociedade civil da região; por outro, menos visibilizadas, ocorrem no cotidiano, intraterritórios, nos âmbitos individual e/ou grupal, remetidas ao espaço privado.

Interessou-me, na tese, compreender tais lutas empreendidas pelos moradores nesta segunda dimensão, em que os narradores enunciam suas microtáticas individualizadas e/ou grupais de distinção social em relação aos discursos negativados e projetados sobre si e seus espaços nestas margens urbanas de Fortaleza-Ce. Ao mesmo tempo, reelaboram suas autoimagens – suas percepções do “nós” – e demarcam fronteiras simbólicas, entre e intraterritórios, construídas a partir de reclassificações de *pessoas e lugares* ditos socialmente “próximos” e “distantes”.

Dentre as lutas simbólicas ensejadas, centrei naquelas urdidas em torno das ressemantizações das categorias pobreza, “ser pobre” e lugares, sob os pontos de vista de residentes de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. Em suas microtáticas de desprender-se do “*desvalor dos pobres*” (SOUZA, 2006) e das estigmatizações socioterritoriais que sobre estes recaem na contemporaneidade, múltiplos agentes travam, assim, lutas de classificação entre seus “(des)iguais”. Além de reclassificações estabelecidas entre quem nega a figura do “pobre” e a pobreza como autoreferências – traduzida na versão local de uma *pobreza individualizada e privatista* – outra microtática distintiva ganhou relevância no universo simbólico dos(as) narradores(as): uma (des)classificação hierárquica dos “pobres” em seus territórios vividos⁶, demarcatória de fronteiras simbólicas entre os “(des)iguais” *geograficamente próximos e socialmente distantes* em seus lugares praticados.

Estas microtáticas de distinção social com relação às modelizações negativadas projetadas sobre os ditos “*pobres das periferias*” emergiram, tendencialmente, como práticas individualizadas e privatizadas nas versões dos(as) interlocutores(as) de pesquisa. Apontaram tanto para as recusas, esquivas e/ou reclassificações sociais relativas à “pobreza” e ao “ser pobre”, em seus microcontextos de experiência, como para a reprodução e transferência dos estigmas socioterritoriais remetidos aos seus “próximos-distantes”. Táticas que se desdobram na produção de fronteiras simbólicas, com efeitos reais, entre residentes da região, sobretudo, em termos daqueles considerados não pertencentes aos territórios vividos e/ou às suas teias relacionais. E, desse modo, percebidos como estranhos, distantes e evitáveis socialmente, sendo comum designá-los de “os perigosos” do lugar. Os(as)

Moçambique (107); Maranguapinho I (990); Canal Leste (784), Mela-Mela (Novo Mundo - 205) e Pantanal do Parque Santo Amaro (188). Dados relativos a novembro de 2008 fornecidos pela Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza – Coordenadoria Municipal de Fortaleza. Ver BEZERRA, L. M. P. de S. Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: um estudo da questão social nos espaços urbanos, 2009.

3 Kowarick (2009) define favelas como ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes nas cidades brasileiras, muitas situadas nas chamadas áreas de risco geográfico ou áreas insalubres. Para Leite (2008), favelas envolvem distintos territórios de pobreza, tais como os conjuntos habitacionais, loteamento clandestinos e irregulares (as invasões), bairros pobres e periféricos. Sua tematização relacionada diretamente à violência, insegurança e medo iniciou-se nos anos 1980/1990, tomando por referência o Rio de Janeiro, mas extensivas a outras cidades brasileiras.

4 Concebo a violência urbana na acepção desenvolvida por Machado da Silva (2008), ou seja, um conjunto de

práticas sociais que adquirem sentido para os atores em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física no crime.

Nas palavras do autor, a *representação da violência urbana* “(...) indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira: a integridade física e a garantia patrimonial” (MACHADO DA SILVA, 2008: p. 36). Saliento a existência de outras expressões da violência que atravessam o cotidiano dos moradores da região do Grande Bom Jardim e são tomadas por referência pelo Estado para demarcar os territórios de vulnerabilidade e riscos sociais. Conferir BEZERRA, L. M. P de S. . Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise da questão social nos espaços urbanos. Fortaleza, 2010.

5 Apesar das limitações do uso do termo periferia, sobretudo em termos das estigmatizações sociais a que remete, optei por adotá-la como categoria relativizada, a partir da qual se torna possível falar da região do Grande Bom

narradores(as) implodem discursos correntes de “pobreza”/“ser pobre” na atualidade e trazem em seus conceitos nativos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) outras dimensões e tendências do viver nas *margens das margens* do Grande Bom Jardim que permitem falar de uma pluridimensionalidade especializada da pobreza urbana.

A outra dimensão das lutas simbólicas apreendida nestes territórios, nos olhares de quem os vivencia, diz respeito aos sentidos de lugares, foco do presente artigo. Compreender as experiências da pobreza urbana exigiu apreender seus enraizamentos nos lugares praticados pelos narradores. Nesta direção, identifiquei outra versão de pobreza: a que associa configurações de pobreza e local de moradia. Adentrar na *simbólica destes lugares* só se tornou possível a partir da *simbólica das relações sociais* neles localizados.

Em processos homólogos e entrelaçados às relacionais reclassificações internas e hierarquizações dos “(des)iguais” em suas versões de pobreza(s)/“ser pobre”, estes narradores enunciam distintos e ambíguos sentidos de lugares atribuídos a seus espaços de moradia. Estruturam-se fronteiras simbólicas sobre pessoas e seus lugares na região do Grande Bom Jardim, que apontam para tendências de adensamento defragmentações, estigmatizações socioterritoriais, hiperindividualização⁷ e reprivatização das microtáticas de um “*saberviver*” nestas margens urbanas nos anos 2000. E enunciam traços de um “*viver acuado*” nestes territórios. Espaços urbanos atravessados por medos difusos (BARREIRA, 2008) e inseguranças sociocivis experienciadas e narradas por seus residentes. Eis alguns dos *eixos-tendências centrais* apreendidos nesta pesquisa que se constituem, para mim, em desafiador mosaico polissêmico e multivocal acerca das experiências espacializadas e pluridimensionais de pobreza urbana que venho tentando compreender.

Este artigo propõe-se a interpretar as produções discursivas de residentes do Grande Bom Jardim sobre seus locais de moradia, ora significados como espacialidades de medos e inseguranças. Versão nativa delineadora de um “viver acuado” e de seu correlato “saber viver” nestas margens de Fortaleza-Ce. Para apreensão do objeto em tela, optei pela metodologia qualitativa. Adotei aportes teórico-metodológicos da antropologia cultural, fazendo uso da observação participante, do diário de campo e das entrevistas etnográficas (BEAUD, WEBER, 2007). O trabalho de campo ocorreu nos anos de 2010 a 2012, com abreviado retorno em 2013. Teve diferentes sistemáticas e temporalidades de realização em dois territórios estigmatizados desta região escolhidos como *lôcus* empírico⁸. Os(as) narradores(as) são residentes destes territórios. Importa salientar que

minhas caminhadas de reconhecimento local, diálogos e interações também estabelecidos com moradores(as) de outros espaços urbanos desta região contribuíram para aprofundar a reflexão sobre o objeto em tela.

As experiências do trabalho de campo foram esforços de aproximações sucessivas com os universos reais e simbólicos de meus interlocutores, na *aventura do afetar e ser afetado*, em meio às teias relacionais destes agentes, em seus microcontextos vivenciais. Traduzem afetos e descobertas possíveis nestas experiências singulares de *encontros-desencontros-reencontros* com os(as) narradores(as), na disposição à abertura aos mundos de *outrens* e ao transformar-se em direções desconhecidas. Significa, também, ver-me como em espelhos, em enigmas indecifráveis em sua totalidade, expressando, assim, uma versão para pensar e viver no mundo sob complexa e caleidoscópica angulação.

As tramas do viver são tecidas por mãos e fios plurais, consistindo num trabalho artesanal, comumente identificado com o próprio ato de pesquisar. Afinal, pesquisar a vida social é indagar-se e desnaturalizar sentidos/significados, possivelmente cristalizados em nós mesmos. Encarna a tentativa de “pôr abaixo” aparentes certezas-verdades e/ou conceitos ensinados/aprendidos e que somos chamados a desaprender para reinventar as possibilidades do viver com tantos outros que habitam também em nós. A *aventura* da pesquisa abre frestas de luzes sob a forma de sonhos, esperanças e outros *horizontes possíveis* de serem fabricados a partir destes *encontros-desencontros-reencontros* com plurais sujeitos de experiências, e “levar a sério suas verdades” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) no adentrar o debate público e coletivo de reinvenção de saberes e modos de existir no mundo social no presente.

Desta feita, reforço o convite para dialogarmos acerca desta tessitura teórico-empírica que pude produzir acerca do viver nestas margens urbanas de Fortaleza-Ce, circunstanciada em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, sob os pontos de vista de seus(suas) moradores(as) quando significam seus locais de moradia como espacialidades de medo e inseguranças.

Medo e inseguranças nas margens urbanas

Para melhor compreensão das produções discursivas de interlocutores sobre seus territórios vividos, como espacialidade do medo e insegurança declarados pelos(as) interlocutores(as) – condensado na máxima de “*um lugar perigoso*” – considero relevante extrapolar os microespaços desta pesquisa. Importa salientar, de maneira abreviada, alguns dos principais processos

Jardim como margens urbanas de Fortaleza-Ce situadas no tempo e no espaço. Periferia, aqui, é apreendida como configuração singular das margens da cidade, podendo ser tomada como fronteiras móveis, fluidas e deslocantes. Compreendo, assim, a necessidade de explicitar sinteticamente a gênese e significações da expressão “periferia” usual nos discursos cotidianos e recorrente na linguagem nativa de meus interlocutores de pesquisa para referir-se aos seus espaços de moradia, localizados na Região do Grande Bom Jardim. “Periferia” originou-se na América Latina e tornou-se mais usual a partir dos anos 1960 e 1970, sobrepondo-se e encarnando a complexidade de sentidos inscritos nas expressões “subúrbio” – de gênese norte-americana significativa do que “cerca” a cidade – e “arrabal” ou “bairros degradados”, com forte conteúdo negativo correspondentes a lugares empobrecidos, “perigosos” e considerados “fora/externos” das cidades. A noção de “periferia”, conforme salienta Lindón e Hiernaux (2004), reportava inicialmente à dicotomia estanque entre centro/periferia, remetendo a linhas divisórias de espaços supostamente pertencentes a dois mundos sociais separados. A “periferia”

emergia como a circunferência externa da cidade na qual estavam os pobres, os dominados, os despojados em distintas versões interpretativas. A partir dos anos 1970, a periferia tem sido assimilada como o lugar de residência dos segmentos populares, em especial com o processo de urbanização periférica, resultante da intensa migração da população rural para a área urbana e seu deslocamento sistemático do centro para as margens das cidades. A palavra “periferia” tem emergido nos discursos correntes por referência aos espaços situados no entorno ou na circunferência das cidades, marcadas pela miséria/pobreza e elevação dos indicadores de violência urbana, caracterizados por constituírem-se em ocupação ilegal de terra, precariedade dos serviços públicos ou de infraestrutura urbana, urbanização fora dos padrões vigentes, vinculado à noção de favela, traduzidos na definição oficial como “aglomerados subnormais”, conforme utilizado pelo IBGE. No presente texto, embora a categoria adotada seja “margens da cidade”, será utilizada a expressão “periferia” em referência aos relatos de seus moradores e às representações produzidas sobre seus espaços de moradia e sua localização na cidade. Sa-

socioculturais contemporâneos que têm potencializado as preocupações com *inseguranças e medos urbanos*. E, por conseguinte, têm contribuído para a projeção pública de uma verdadeira *diabolização da “periferia”*, no dizer de Castel (2005) – traduzida em espacialidade privilegiada de *incertezas, medos e inseguranças* – a alimentar estigmatizações e segregações socioterritoriais que resvalam sobre seus moradores. Elementos identificáveis nas modelizações negativadas propaladas sobre o Grande Bom Jardim em Fortaleza e nos discursos de alguns de seus residentes em âmbito local.

De fato, as “periferias” e seus moradores, fabricados socialmente como encarnação das *ameaças/perigos* nas cidades contemporâneas, tornam-se *locus* por excelência dos sentimentos de *inseguranças e medos sociais* (CASTEL, 2005). Corroboro, aqui, com o lúcido argumento de Valdebenito ao afirmar que:

(...) todo processo de construção social do medo é ao mesmo tempo de sujeitos e espaços nos quais se cristalizam os temores sociais. Quer dizer, se desenvolve um processo de criação de figuras e lugares ameaçadores que desagregam a experiência da cidade ao submetê-la ao princípio da ameaça e do incerto. (...) As certezas vitais (educação, emprego, saúde, enfim, o que se denomina atualmente como desenvolvimento humano) se vêm em situação de fragilidade ante as mudanças estruturais onde o Estado-nação cede funções ao mercado. (...) A elaboração de um nós e de um outro não somente remete às identidades grupais, senão à maneira de assinalar proximidades e distâncias sociais em contextos de incertezas (2006: p. 19; grifo meu).

No Brasil do século XXI, incertezas e inseguranças (socioeconômicas e civis) marcam as vidas cotidianas dos cidadãos. Constituem-se situações experienciadas com dramaticidade pelos moradores de espaços urbanos ditos “*periféricos*” da cidade. Em especial, porque sobre estes têm recaído a responsabilidade e as preocupações com o processo crescente de *insegurança* e, por conseguinte, com a construção social do medo. Este processo de profusão da insegurança e do medo social circunscreve-se a um contexto sociocultural denso em transformações societárias em curso, dentre as quais destaco: a instabilidade e crise mundializada do capitalismo contemporâneo, a precarização e informalização no mundo do trabalho, o crescimento do desemprego estrutural articulado à configuração do Estado de baixa responsabilidade na garantia da segurança social via políticas públicas,

conforme evidenciado na desregulamentação social traduzida em perdas de direitos socioeconômicos e trabalhistas, bem como na complexificação da pobreza urbana em perspectiva global.

Em substituição ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e sua correlata rede de proteção social (segurança social) encontram-se duas tendências complementares na reconfiguração do Estado na contemporaneidade, que assumem traços singulares na vida brasileira nos anos 2000. A primeira é de restrição da responsabilidade estatal no campo social, focalizada na “*administração das urgências*” (TELLES, 2010) e materializada, com ênfase, nas ações de “*combate à pobreza e à extrema pobreza*”. Tendência que configura a *gestão territorial da pobreza urbana* sob a face de um Estado socioassistencial em suas ações compensatórias, focalizadas e seletivas, destinadas aos segmentos classificados “pobres” e “extremamente pobres”, com destaque aos programas de transferência de renda (PTR). A segunda tendência aponta para o encrudescimento da face punitiva-penal do Estado e o recurso ao controle, vigilância e punição direcionados à gestão das inseguranças (civil e social) e à manutenção da ordem, focalizando sua atuação nas margens urbanas.

Tais tendências adotadas nos EUA, na França e seguidas também por países latino-americanos, como o Brasil, neste século XXI alicerçam o que Wacquant (2007; 2005; 2008) designou de modelo de “gestão territorial da pobreza urbana” contemporânea: aquela que alia a desregulamentação econômica às frágeis e focalizadas políticas socioassistenciais, à disciplina do *workfare* e ao constrangimento do aparato policial e penal hiperativo do Estado em meio à *marginalidade avançada*. Segundo o supracitado autor, a marginalidade avançada – este *novo regime de pobreza urbana* – é resultado da fragmentação do salariado urbano, da desconexão funcional entre os bairros de relegação (periféricos e desprezados), da economia nacional e mundial, da estigmatização territorial e da retração das proteções anteriormente garantidas pelo Estado social.

Para Wacquant, esta figuração da *pobreza* e dos *pobres* como *novos párias urbanos* do século XXI conecta-se à instauração de um *Estado liberal-paternalista*, cuja regulação deste novo “*precariado urbano*” e dos seus *territórios de moradia* traduz um “*novo governo da insegurança social*”. Embora o autor destaque as experiências específicas destas tendências na França – o neopanoptismo social⁹ – e nos EUA – o Estado penal¹⁰ – salienta sua adoção em outros países, assumindo configurações consonantes a cada formação socioeconômica e político-cultural.

liento ainda que periferia é apreendida, aqui, como categoria relacional e móvel em relação ao centro, redefinindo-se nos contextos de experiência aos quais são remetidos.

6 Assumo a noção de território vivido para enfatizar a relação entre espaço e pessoas, território e população, no sentido de apreender a própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de um lugar e o uso/apropriação cotidiana e heterogênea que dele fazem, numa percepção da realidade complexa e indissociável entre objetos e sujeitos. As maneiras singulares de apropriação/uso do território pelos indivíduos criam distintas territorialidades, ou seja, encarnam a multidimensionalidade das vivências territoriais, as significações e ressignificações construídas pelos sujeitos em torno de suas experiências de vida em dado território. O território diz respeito, assim, não só aos aspectos objetivos da realidade vivida pelos indivíduos, mas engloba sua dimensão subjetiva, manifesta em seus sentimentos/emocões, desejos, expectativas, dimensões imaginárias e significações construídas na dinâmica complexa e heterogêneas das tramas das relações sociais nas quais se manifesta a possibilidade

e imprevisibilidade do evento e, talvez, da reinvenção da vida cotidiana.

7 Segundo Lipovetsky & Serroy (2011), o individualismo traduz-se em um sistema de valores que põe o indivíduo livre e igual como valor central da cultura ocidental, fundamento da ordem social e política, referencial último da vida democrática. Afirmou-se a partir do século XVIII e ascendeu, a princípio, primeiro da ordem pluralista e liberal na Modernidade, consagrando os princípios da liberdade individual e da igualdade de todos perante a lei. Para os autores: “enquanto o poder deve emanar da livre escolha de cada um e de todos, ninguém deve ser mais coagido a adotar esta ou aquela doutrina e submeter-se a regras de vida ditadas pela tradição. Direito de eleger seus governantes, direito de se opor ao poder estabelecido, direito de buscar por si mesmo a verdade, direito de conduzir a vida segundo a sua própria vontade: o individualismo aparece como código genético das sociedades democráticas modernas” (LIPOVETSKY & SERROY, 2011: 47). Concebem que vivenciamos, nas últimas décadas de desregulamentação econômico-política no capitalismo flexível, uma segunda revolução indi-

Em proximidade com a interpretação crítica de Wacquant (2007; 2005; 2008), Castel (2005) afirma que, em meio ao complexo e adensado *processo de insegurança* (ou “*insecurização*”) contemporânea, o foco das preocupações e condenações morais têm se voltado para as “periferias” das cidades e seus residentes. Em destaque, estão os chamados “*bairros sensíveis*” – na especificidade francesa, mas também identificáveis na versão brasileira de nossas “favelas” – publicizados como locais preponderantes desta *insecurização social e civil*, sem, no entanto, adentrar nos elementos fundantes à compreensão dos *sentimentos “coletivizados” de insegurança e medo* em dimensão mundializada. Em sua análise crítica deste fenômeno, este autor argumenta:

Deste modo podemos compreender o caráter paradigmático do ‘problema das periferias’ em relação à temática da insegurança. Os “bairros sensíveis” acumulam os principais fatores de *insecurização*: altas taxas de desemprego, empregos precários e atividades marginais, habitat degradado, urbanismo sem alma, promiscuidade entre grupos de origem étnica diferente, presença permanente de jovens ociosos que parecem exibir sua inutilidade social, visibilidade de práticas delinquentes ligadas ao tráfico de drogas e às receptações, frequência das “incivildades”, dos momentos de tensão e de agitação e dos conflitos com as “forças da ordem”, etc. A insegurança social e a insegurança civil coincidem aqui e se entretêm uma à outra. Mas com base nessas constatações que não têm nada de idílico, a diabolização da questão das periferias (...) que se assiste hoje, depende de um processo de deslocamento da conflitualidade social que poderia efetivamente representar um dado permanente da problemática de insegurança. A encenação da situação das periferias como abcesso de fixação da insegurança para a qual corroboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião pública, é de alguma forma o retorno das classes perigosas (...) Considerar as periferias como “perigosas”, como o núcleo da questão social que se tornou questão da insegurança que ameaçaria os fundamentos da ordem republicana, é fazer uma condensação extraordinária da problemática global da insegurança. (...) Tais estratégias têm o mérito de mostrar que se faz alguma coisa, sem ter que levar em consideração questões aliás delicadas, tais como, por exemplo, o desemprego, as desigualdades sociais,

o racismo, que também estão na origem do sentimento de insegurança (CASTEL, 2005: p. 55; 57; grifo nosso).

Os discursos negativados construídos sobre as “periferias” e seus habitantes vinculam-se ao fortalecimento deste “Estado-polícia” (ou “Estado securitário”), centrado no “enfrentamento” da insegurança civil – resguardo da integridade física e de propriedade privada – em detrimento do Estado protetivo voltado ao provimento da segurança social. Esta configuração atual do Estado propõe-se à gestão territorial da insegurança social e dos conflitos pessoais/sociais pelo recurso à violência sob a sua face atual de “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004b) direcionado, em especial, aos espaços com concentração de elevados indicadores oficiais de pobreza e violência urbanas. Conforme atenta Castel (2005), a demanda contemporânea por “segurança” traduzida em demanda por mais “autoridade, lei e ordem” pode ameaçar a própria democracia e os direitos a esta correlatos. Tais ameaças tornam-se mais preocupantes quando direcionadas aos espaços urbanos e grupos sociais aviltados e estigmatizados de nossas cidades.

Nas práticas do “estado de exceção”, prevalece a figuração dos habitantes das margens urbanas como potencialmente suspeitos, criminalizáveis, sujeitos à vigilância, controle e punição. Passíveis, portanto, de submissão às violências e ao descredenciamento social da legitimidade de suas autoimagens, demandas/reivindicações e cultura no espaço público e na esfera da política. Tal focalização em “*sujeitos e espaços nos quais se cristalizam os temores sociais*” contemporâneos encobre, dentre outros aspectos, as dinâmicas potencializadoras dos sentimentos de insegurança e medos sociais acentuados na vida urbana, a saber: hiperindividualização-descoletivização, fragilização e dissolução dos vínculos sociais, deteriorização do espaço público e perdas significativas de referenciais sociais e pessoais de segurança. Refiro-me, aqui, à frágil presença do Estado na garantia da segurança social e às condições de instabilidade e precarização das relações de trabalho nestes tempos de capitalismo financeiro mundializado e em crise.

Sentimentos coletivizados de medo, incertezas e insegurança, presentes nas cidades deste século XXI, marcam as experiências dos cidadãos e, de forma contundente, atravessam o viver cotidiano dos moradores das margens urbanas de Fortaleza, assumindo configurações e desdobramentos particulares. Os dados da pesquisa do Ministério da Justiça (2009-2010), realizada em 27 capitais brasileiras, são dramáticos e delineiam mudanças nos hábitos da população em função do medo de sofrer algum tipo de violência urbana. No caso específico desta metrópole, a pesquisa destaca que 74% dos entrevistados evita sair de casa à noite ou chegar muito tarde por causa

vidualista demarcatória de um *hiperindividualismo*. Traduz um neoindividualismo de tipo opcional, desregulado, descompartimentado, centrado na primazia da realização de si. Vivemos, nesta perspectiva, a época da “*vida à la carte*” de fabricação do *homo individualis* desenquadrado, supostamente liberto das imposições coletivas e comunitárias. Ser interpelado enquanto ser ativo, de cujas ações poderão resultar o “seu sucesso” (um “vencedor”) ou o “seu fracasso” (um “fracassado”) na contemporaneidade.

8 Na tese, os nomes originais dos territórios foram mantidos. Os codinomes dos(as) narradores(as) são fictícios e não identificados segundo seus locais de moradia específicos, para fins de resguardo de suas identidades em consonância com os critérios éticos da pesquisa social.

9 Configuração do modelo francês de gestão da pobreza urbana, segundo a análise crítica de Loïc Wacquant, caracterizada pela conjunção redobrada da regulação social e da regulação penal da insegurança social. Dada à forte tradição do Estado social nos países europeus, o neopanoptismo francês tem intensificado suas investidas conjuntas

nos tratamentos social e penal da pobreza e na ativação das funções de polícia nos serviços de assistência social, na perspectiva de vigiar, controlar e punir as consideradas “populações problemáticas e/ou delinquentes” em seus “bairros sensíveis”. Outro aspecto distintivo deste modelo francês no trato da pobreza urbana seria que a sua penalização se faz, sobretudo, por meios policiais e tribunais, do que por meios prisionais como predomina nos EUA (WACQUANT, 2008).

10 Configuração do Estado norte-americano e de sua gestão territorial da pobreza urbana pautadas no uso do sistema penal como instrumento de administração da insegurança social e de contenção dos deslocamentos da estrutura de classe que institui um novo governo da insegurança social. Constitui-se em estratégia para impor o trabalho assalariado dessocializado (fragmentado, desprotegido e precarizado) e a instabilidade social, além de neutralizar de conflitos sociopolíticos e os segmentos ditos “supérfluos” na lógica do capitalismo flexível e neoliberal; e reafirmar a autoridade estatal nos territórios marginalizados. Segundo Wacquant, delinea-se nos EUA um *novo governo da insegurança social* sustentado no Estado de

da criminalidade. É a segunda capital com o maior percentual de pessoas (71,9%) que deixam de ir a alguns locais por causa da criminalidade e também em proporção de entrevistados que possuem residência com vigias armados, perfazendo 10,04% (VEJA, julho 2012).

Em outra pesquisa recente, realizada pela Universidade de São Paulo (USP, 2012), os resultados acima se confirmam. Fortaleza ocupava, em 2012, o quarto lugar no *ranking* nacional do medo: 46% de seus habitantes declararam se sentir inseguros para circular na cidade durante o dia. Em relação ao sentimento de medo e insegurança dos fortalezenses para circular pela cidade à noite, esta capital passou para o segundo lugar neste *ranking*, com um percentual de 36,2% (O POVO, 2012).

Estes dados referem-se, sobretudo, aos sentimentos de insegurança e medo manifestados pela população em termos da violência urbana, passando a sensação de que se expressam na mesma intensidade e em quaisquer espaços ou lugares desta metrópole. No entanto, conforme lembra Valdebenito (2006: p.108): “a insegurança cidadã como representação de diversos medos coletivos, tende a buscar formas de nomear e de localizar os medos. Para tanto, constrói *muros físicos e simbólicos* que separam uns dos outros”. As significações e experiências de insegurança e medos sociais assumem, assim, uma dimensão espacializada na cidade e, portanto, relacionada com a própria maneira desigual, hierarquizada e segregacional de distribuição da população nos espaços urbanos.

Dentre os espaços de Fortaleza, as suas “*periferias*” e, em especial, a região do Grande Bom Jardim são consideradas *espacialidades preferenciais do medo e da insegurança* nesta cidade. E, via de regra, são evitados pelos “*de fora*” destes territórios vividos. Para os residentes, a estigmatização territorial projetada sobre seus espaços de moradia traduz-se em elemento relevante na elaboração dos seus sentimentos de medo e insegurança, constituindo-se em referência significativa para suas classificações e evitações sociomoraes reportadas a lugares e pessoas dentro da região e intraterritórios.

A referência ao medo e à insegurança emergiu nas versões dos interlocutores, de maneira mais contundente, quando indaguei sobre seus sentimentos em relação ao seu lugar praticado. Predominou, nas narrativas, o sentimento de “*medo*” associado às múltiplas expressões da violência urbana presentes em seus cotidianos, dentre as quais destacaram: furtos; roubos; assaltos; tiroteios e “balas perdidas”; rivalidades e vinganças pessoais e familiares; enfrentamentos entre gangues/quadrilhas/facções criminosas rivais associadas ao narcotráfico e à disputa de territórios de comercialização das

drogas ilícitas; assassinatos e execuções sumárias; incêndios criminosos por vinganças; o “morrer por engano” e o “morrer de graça, sem dever nada”; a presença do narcotráfico como ameaça ao lugar e às famílias, dentre outras. Nas falas de interlocutores, a expressão “perigoso”, atribuída à região, ao bairro Bom Jardim, a alguns de seus territórios constitutivos e aos seus residentes, vincula-se, com recorrência, aos sentimentos de medo e inseguranças. Nesta versão, o “perigoso” parece condensar estas múltiplas expressões da violência urbana que afirmaram vivenciar em seus cotidianos.

É interessante destacar que a presença da polícia nestas áreas não aplaca o medo e a insegurança local. Segundo observei, durante o trabalho de campo, a presença da polícia pode, ao contrário, traduzir-se em outro fator de risco da iminência de violências perpetradas seja contra os nomeados “vagabundos-bandidos”, seja contra os “trabalhadores-cidadãos”. Violências praticadas, por vezes, de forma indiferenciada, a exemplo dos frequentes “tiroteios” e abordagens policiais nestes espaços. Em consonância, a presença policial parece tornar-se elemento potencializador dos sentimentos locais de medo e insegurança, conforme relatos de parcela dos(as) narradores(as), também porque, nos enfrentamentos “polícia versus os nomeados vagabundos-bandidos”, a condição de vulnerabilidade civil adensa-se mesmo para os demais moradores que se declaram “não envolvidos” com o “mundo do crime”¹¹.

O sentimento de medo (e de insegurança) emergiu, nas narrativas de meus interlocutores, vinculado às noções de “perigo e risco” que, supostamente, ameaçam o indivíduo e/ou seu grupo social em termos de sua integridade física, propriedade privada/patrimônio, autoimagem ou posição social, dentre outras situações emergentes. Se a experiência do medo pode ser tomada em sua dimensão de (quase) universalidade, por certo merece ser apreendida em suas configurações sócio-históricas e culturais distintas, bem como reconhecidas nas singularidades das experiências dos moradores de áreas ditas periféricas desta cidade. O medo tem sido, historicamente, uma resposta dos agentes diante das situações cotidianas consideradas ameaçadoras e/ou perigosas na vida contemporânea, ganhando maior dramaticidade nos espaços urbanos periféricos do Brasil deste século XXI.

Pensar sobre os *sentimentos de medo e de insegurança* nas cidades brasileiras contemporâneas parece um desafio inadiável diante de sua recorrência nos discursos e práticas dos cidadãos, em especial, dos residentes das margens urbanas que parecem significá-las outrossim como *especialidades do medo e da insegurança*. As configurações contemporâneas assumidas pelos sentimentos de medo e de insegurança lançam desafios ao viver nas cidades como *lôcus* da convivência com a diferença, exercício da cidadania e uso dos espaços públicos, conforme problematiza Barreira ao refletir sobre o medo em nossa cidade:

tipo liberal-paternalista alicerçado no recurso à polícia e instituições penais – do encarceramento/prisão – com fins de controle da ordem social e garantia da “segurança”. Volta-se para a criminalização controle e contenção tanto dos movimentos políticos/sociais, como dos novos “suspeitos e perigosos” sociais – imigrantes, terroristas, negros, pobres – submetidas a suas técnicas de “para e revistar”, “intolerância seletiva” e “tolerância zero” intensificadas, em especial, nos territórios de moradia destes grupos assim identificados (WACQUANT, 2007; 2008).

11 Ao usar o termo “mundo do crime”, sigo a perspectiva adotada por Gabriel Feltran conforme a apreendeu em seu uso nas periferias da cidade de São Paulo: “(...) o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2011a: p. 19).

Fortaleza, como muitas outras cidades contemporâneas, vivencia também uma história contemporânea do medo. Trata-se de um medo que se expressa de várias maneiras. Manifesta-se na recusa a praticar certas atividades e na busca de refúgio e isolamento. A cidade permeada pelo medo tem seus espaços públicos esvaziados e a frequência indesejada daqueles que são vistos como estando fora das experiências significativas de cidadania. O medo na cidade pode ser visto como a incapacidade de dominar os códigos de convivência. (...) *uma lista imensa de interdições, já naturalizada pelos moradores urbanos, parece hoje fazer parte de um código não escrito, mas já sabido por todos. O medo hoje de habitar a cidade gera e fortifica princípios negativos de classificação.* O preconceito contra estrangeiros, negros, pobres e tantos outros suspeitos faz retroceder o sentido de diversidade do qual a cidade era o maior exemplo. Nesse momento é possível falar de uma outra violência nem sempre clara para o senso comum. *É a violência simbólica que opera de forma silenciosa e menos evidente. Ela é incorporada na forma de olhar o ‘desconhecido’, de evitar lugares tidos como ‘suspeitos’ (...).* Na medida em que o medo gera o silêncio induz ao retraimento e ao conformismo. (...) Essa Lição finaliza com a ideia de que o medo, tal como hoje é experimentado no espaço urbano, é o próprio avesso da ideia de cidade e cidadania. (2011: p. 99; 102-103).

É indispensável, portanto, lançar um olhar crítico-interpretativo para o cotidiano destes moradores das margens de Fortaleza, sobretudo quando significam seus espaços vividos como *espacialidades do medo e da insegurança*. Estes agentes encontram-se submetidos, via de regra, a processos adensados de mixofobia – o medo da mistura com os diferentes (uma alteridade exterior) no dizer de Bauman (2005) – alimentados por práticas de segregações socioespaciais inscritas na condição de *vida vulnerável*. Ultrapassar esta imagem homogeneizadora e desqualificadora de “*indesejáveis da cidade*”, atribuída aos “*moradores das periferias*”, e aproximar-me das dinâmicas socioculturais de seus espaços vividos se impôs como tarefa para compreender a produção dos sentidos e sentimentos que estes agentes atribuem a seus lugares habitados e a quem neles vive.

Nesta direção, os diálogos com moradores destes territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim permitiram apreender a categoria de experiência próxima

(GEERTZ, 2000) de “*viver acuado*”, que utilizam para traduzir parcela significativa de suas vivências nestes espaços urbanos. Na especificidade da pesquisa em foco, identifiquei que, quanto mais próximos de espaços atravessados pelas precariedades socioeconômicas em contiguidade territorial com as práticas de violência urbana, os sentimentos de medo e insegurança expressos pelos moradores assumem dimensões complexas. Afloram, em suas falas, os sentimentos de medo e de insegurança demarcatórios de um viver em risco (KOWARIK, 2009). As práticas de violência urbana parecem confundir-se com as próprias existências destes moradores do Grande Bom Jardim, simultaneamente nas posições de suas *vítimas e/ou protagonistas*.

Esboços de um “viver acuado” nas margens de Fortaleza: versões de moradores de territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim

Segundo declararam interlocutoras desta pesquisa, não parecem existir espaços seguros e nem quem se sinta protegido nestes territórios estigmatizados. Mesmo quando não se encontra diretamente “envolvido” com a criminalidade e/ou com o narcotráfico, qualquer um pode tornar-se um alvo em potencial de práticas violentas. Os jovens do sexo masculino são considerados alvos preferenciais da violência urbana em seus territórios. Todavia, isto não exclui as tentativas de assassinato e/ou as execuções também dos adultos e idosos, bem como das mulheres, mães, jovens, crianças, idosas no local.

É válido ressaltar que, durante o trabalho de campo em um dos territórios pesquisados, não consegui entrevistar moradores do sexo masculino, independente da faixa etária. Somente mulheres, quando contatadas previamente por minha interlocutora-chave (Ariadne), receberam-me em suas casas, de maneira cautelosa, e aceitaram conversar comigo. Nestes momentos, a tática de limpeza moral foi utilizada, com frequência, para distinguir suas famílias dos ditos “perigosos” locais, nomeados de “vagabundos/bandidos” pelas interlocutoras, por associá-los às práticas ilegais e ilícitas consideradas “criminosas”. Suas narrativas assumiram, de fato, tons de desabafos e denúncias da precarização socioeconômica e civil de seu viver e, principalmente, de defesa e cuidado em relação a seus filhos crianças, adolescentes e/ou jovens face as dinâmicas da violência às quais se afirmaram expostas.

Neste território, nem mesmo a casa era vista como um lugar inviolável e protegido ao considerar as narrativas das interlocutoras sobre suas experiências e/ou de seus vizinhos que tiveram suas residências invadidas por policiais e/ou por membros de “facções” rivais. Ainda assim, o espaço

doméstico (*a casa*) aparece como seu refúgio idealizado diante das condições de abandono do poder público, fragilidade e impotência relatadas. A casa – símbolo da esfera privada e da intimidade – transforma-se, cada vez mais, em *locus* de socialização e tessitura dos fragilizados vínculos familiares e de vizinhança nestes espaços da cidade.

A jovem Luziana (23 anos) reconhece diferentes experiências no uso da *rua* como espaço de sociabilidade durante sua infância e a tendência ao silenciamento, ao conformismo e à reclusão à *casa* no tempo presente. Sua fala denota certo saudosismo com relação ao passado recente, em oposição à vivência atual marcada por práticas de violência urbana e a presença do narcotráfico, que assinalam a *rua* como espaço a ser evitado e tornam seu viver cotidiano mais arriscado. Segundo enunciou:

As relações com os vizinhos são boas. Tem contato uns com os outros às vezes quando vão um na casa do outro, passa um pedacinho, conversa ... É difícil sentar na calçada agora. É mais é dentro da casa da pessoa. Porque na calçada (dentro do beco mesmo) já tem pessoas que vende droga, que fica perto de lá. É pequeno né, aí a gente tem medo de vir alguém e aí acontecer alguma coisa... Ali dentro do beco não dá pra ficar na calçada. Tudo é dentro da casa. (...) Na minha infância não era assim não. Era bem diferente ... Não tinha tanta violência, tanta pessoa, assim, que usa droga, que vende. Não tinha tanta morte como tem hoje. *Tinha bem mais condições de ficar fora de casa, na rua. Agora, a partir de umas dez horas, a gente costuma não sair mais de casa não. E mesmo mais cedo não costuma sentar fora não. É dentro de casa.* (...) O medo de alguém chegar, da pessoa dá um tiro, que nem já aconteceu muitas vezes, pega numa criança, pega numa pessoa que não tem nada a ver ... (Luziana, moradora do beco X, nas fronteiras entre os bairros Bom Jardim e Granja Portugal).

A esfera privada da *casa* opõe-se, em parcela significativa dos relatos, ao espaço público da rua identificado como lugar, por excelência, de manifestação de uma violência difusa (BARREIRA, 2008) configurada em “*ameaça, risco e/ou perigo*”. A *rua* parece restringir-se à circulação rápida e cuidadosa, mesmo para os moradores que se afirmam “sem envolvimento” direto com o “mundo do crime”. As práticas de “*sentar nas calçadas para conversar*” ou de “*brincar na rua*”, remetidas às imagens das “periferias”, não desapareceram totalmente nestes espaços urbanos onde realizei minha pesquisa. Todavia,

tornaram-se menos comuns, limitadas a certos horários e realizadas sob tensão, vigilância constante, cuidados redobrados, considerando-se por onde se anda e com quem se anda, o que se fala, com quem e quando.

A contiguidade territorial com as sociabilidades violentas (MACHADO DA SILVA, 2008) e os riscos de tornar-se alvo de práticas violentas nestes espaços indicam, para os(as) interlocutores(as), a necessidade indispensável de aprender a conviver com o medo do sobressalto da violência que altera suas rotinas. E exige um certo saber silenciar, onde e/ou a quem evitar aproximações e/ou diálogos. O relato de Belinda enfatizou elementos importantes do viver nestas margens urbanas nos anos 2000:

A gente vive aqui, não tem pra onde ir, não tem apoio! A gente tem que conviver aqui com tudo. Com tudo por cima de tudo! Porque é assim. Aí a gente tem que viver com aquele medo. Você fica na sua, dentro de casa, sempre se escondendo, com medo, atenta a qualquer coisa. Fazer que nem a história: “é um olho no peixe, outro no gato”. Porque aqui, tudo pode se esperar! Tudo, tudo na vida. Nada surpreende mais aqui. Aqui já teve muita coisa boa. Hoje não presta mais não. E nesse tempo que aconteceu isso, de arrombarem a minha porta e balearem um dentro da minha casa ... a minha casa só tem entrada, não tem saída ... Minha filha, eu fiquei desbundada. Fiquei com medo, com trauma de entrar dentro de casa. Dormia na casa dos outros, na casa da minha amiga, lá embaixo. Toda noite eu levava esses meninos pra dormir na casa dos outros, com medo de ficar dentro na mãe. Aí ficava aquelas conversas “ah, que eles vão voltar, que eles vão invadir, ah que agora eles vão matar”. Aí ficava com aquele medo. E é tanta pressão. (...) Aqui tem a aquele porém: a gente não tem aquela liberdade, aquela autonomia de você falar muita coisa também, porque também já corre o risco de acontecer com você. Que a gente também não pode falar demais... O medo a gente vai fazendo como um gole d’água, vai engolindo aos poucos (Belinda, moradora de território estigmatizado do bairro Bom Jardim).

Estes sentimentos de medo e inseguranças relatados por interlocutoras sinalizam processos crescentes de isolamento, fragilização da comunicação, esgarçamento dos vínculos familiares e sociais, reclusão ao espaço doméstico. Delineia-se uma tendência ao *ensimesmamento do eu* – com a prevalência de um *eu minimalista* e a construção de uma subjetividade *autocentrada*

(LASCH, 1999) – articulada ao enclausuramento no espaço da casa. E se os direitos civis – de livre expressão e de ir e vir – encontram-se comprometidos nestes espaços urbanos, é a própria liberdade individual que parece afetada.

Segundo Teresa, nos últimos dez anos, viver na região do Grande Bom Jardim – na especificidade de seu território – traduz-se em: *“viver em tensão. É a vida em constante tensão! É vigília! É tragédia! (...) É viver acuado! Acuado é viver sem liberdade, com medo. Aqui a gente vive com medo”*. Sua declaração, feita antes de iniciarmos a entrevista gravada, delineia sua versão sobre o viver nestes espaços urbanos, recorrentes em outras falas, configurando um tipo de “acuamento” no território e, de forma contundente, no espaço doméstico da casa perante os sobressaltos da violência urbana. A narrativa desta senhora fala da vivência de insegurança, medo e reclusão à residência ante o avançar do narcotráfico e a adoção de práticas violentas como forma prevalecente de resolução de conflitos pessoais e/ou sociais nestes espaços ditos periféricos:

Antigamente, a gente sentava na calçada ... eu nunca gostei muito de calçada ... Toda vida eu trabalhei. Chegava, fazia minhas coisas dentro de casa. Quando botava a cabeça fora era só pra olhar e botar a cabeça pra dentro de novo e dormir. Mas tinha o lazer. Você tinha gosto de sentar, de conversar. Os meninos podiam brincar na rua, jogar bola... Hoje em dia não pode mais! Qualquer hora acontece! Qualquer hora acontece! De primeiro eu não sabia o que era um revólver. Eu, que estou com 44 anos, não sabia o que era um revólver. Não sabia o que era uma droga. Eu nunca tinha ouvido tiro pá, pá, pá ... E tudo isso hoje eu vejo, mulher! Eu vejo e eu fico morrendo! Eu fico morrendo, entendeu? *Porque a gente vê a pessoa se acabando ali e não poder fazer nada! Em frente à minha casa.* (...) Leila, quando foi ... (pausa)... Mulher, Ave Maria, eu não gosto nem de lembrar ... (visivelmente abalada!). Assim, eram umas onze e meia para as doze horas da noite, a minha filha tinha saído. Aí, ali na rua! Não tem aquela casa alta na rua que vai pra mamãe em cima e embaixo? Pronto! Ali naquela calçada. Quem vai subindo. (...) Isso já está com uns dois meses. Aí o que aconteceu, nós entramos em casa. Eu estava tirando a menina da rede pra colocar ela na cama. Leila, quando eu ouvi o pá, pá, pá Aí a minha outra filha mais nova ficou louca, gritando “mãe, estão matando o X. mais o H. (um primo e um amigo da entrevistada) porque só eles

estavam na calçada”. Aí a gente ficou acuada, nem podia abrir a porta, nem podia socorrer porque ninguém sabia quem era. Tinha que esperar pra ver o que ia acontecer. Mulher, foi praticamente uns 20 tiros seguidos ... pei, pei, pei, pei... Aí quando parou, nós abrimos a porta e ficamos brechando. Eles tinham corrido. Aí, quando passou tudo, fomos atrás de ver onde é que eles estavam, o que tinha acontecido. Um, encontramos lá no curral de vaca, o braço todo esfacelado do tiro da pistola e um tiro na barriga. Aí veio o SAMU, com a demora toda que tem. E a polícia ainda mangando. Porque só o que o Ronda do Quarteirão faz é mangar. (...) Aí, é assim as dificuldades de viver no Bom Jardim, né? (Teresa, moradora de território na fronteira dos bairros Granja Portugal e Bom Jardim).

A contiguidade territorial com práticas violentas nestes territórios parece encarnar uma “*banalização do mal*” na perspectiva de Hannah Arendt. As entrevistadas sinalizaram uma incapacidade de julgamento e ação, por vezes, silenciadas e paralisadas diante de um medo difuso, que não encontra resolutividade ao recorrerem à figura do Estado e à sua instituição policial, supostamente, garantidora de “*segurança*”. Continuo com o relato de Teresa sobre seus sentimentos com relação ao seu local de moradia articulados à dinâmica que nomeia como um “*viver acuado*” nestas margens, a saber:

Eu me sinto acuada. Acuada é com medo, porque se eles vendem drogas lá e não paga e querem uma parte, a gente também está sujeito a tudo. Como mataram a menina (assassinato de criança de dois anos no Alto Alegre, moradora do Bom Jardim e conhecida da entrevistada) sem merecer, sem dever, sem nada, entendeu? Quer dizer, que eles vêm atrás de uma pessoa, não encontra ou não consegue, mata quem está com ele ou conhece ele. O medo que eu tenho é esse! O medo que eu tenho é esse! Eu saio para trabalhar, mas é com o pensamento em casa. Quando o telefone na D. Francisca (a patroa) toca, eu já fico ... (olhar parado e silêncio) de orelha em pé, não vou mentir! Eu penso de meu filho morrer, de uma bala perdida pegar na gente. Me lembro de terem matado minha amiga (mãe da criança supracitada, também assassinada em agosto de 2010 na parada de ônibus do Bom Jardim). (...) Eu nunca recebi ameaça de morte não! Graças a Deus e O Senhor Jesus nunca é de permitir. Ameaça é só dessas

coisas que acontece, a gente tem medo de bala perdida, de tiro, de morrer de graça mesmo. Mas de chegar e dizer: “você é isso, aquilo, Eu vou lhe matar!” Não! *A gente vive na insegurança. Viver na insegurança é você não ter com quem contar né* (Teresa).

Os relatos de Tereza apontam os traços de um “viver acuado” que parece condensar as situações cotidianas de vulnerabilidade civil (KOWARICK, 2010) destes residentes do Grande Bom Jardim, em sua dinâmica radicalizada nas suas “favelas” consideradas os espaços “mais perigosos” dentro desta região publicamente visualizada, até então, como uma das mais “perigosas” de Fortaleza-Ce. E, por conseguinte, projetados como espaços urbanos a serem socialmente evitados. A expressão nativa “viver acuada” assinalam as sensações de quem se considera *sem saídas* e em situação de silenciamento, abandono e isolamento diante da violência difusa e indiscriminada advinda do aparato estatal, seja pelas precárias políticas públicas sociais, seja pela atuação discriminatória e violenta da polícia; e/ou de grupos rivais envolvidos em práticas criminosas (com destaque ao narcotráfico), a quem os narradores denominam “*facções do lado de cá e facções do lado de lá*”.

As imagens e sentimentos de medo e insegurança – condensados neste “viver acuado” e vinculados às noções de “perigo/ameaça” – constroem-se e se retroalimentam numa relação direta com a insegurança socioeconômica e civil cotidianamente vivenciadas pelos moradores do Grande Bom Jardim. De um lado, a negação e/ou a precariedade do acesso a seus direitos civis e sociais encarnam situações de inseguranças e/ou vulnerabilidades socioeconômica e civil (KOWARIK, 2009), reportadas à frágil presença de um Estado de direito nestes territórios, em processo avançado de metamorfose em administrador/gestor de conflitos e urgências do social (FELTRAN, 2011a; TELLES, 2010), na versão, à brasileira, do Estado assistencial-punitivo. De outro, a presença do “*mundo do crime*” passa a fazer também a “*gestão da insegurança*”, a produzir práticas microrregulatórias que tencionam e disputam legitimidade com atores e instâncias considerados legítimos na periferia da cidade (FELTRAN, 2011b), inclusive com a própria polícia, em franco descrédito nestes espaços urbanos na ótica de meus interlocutores.

A gestão arriscada e instável da vida nestas margens urbanas parece, cada vez mais, remetida aos próprios indivíduos na versão de *vida nua* – vida desqualificada, insacrificável e matável –, desta metáfora contemporânea do *homo sacer* (AGAMBEN, 2004a), traduzida na figura aviltada do “morador das periferias” em condição de pobreza.

À guisa de conclusão

O “viver acuado” nestes territórios parece delinear a face da *cidade nua*, segundo a concepção de Agamben (2004), encarnada nas “periferias” de nossa metrópole e na qual se projeta este *homo sacer* contemporâneo. Na *cidade nua* (*zoé*), encontra-se o seu *habitat*: as margens urbanas e os espaços de “favelas”. Estes agentes vivenciam uma *vida nua* em sua dimensão de *vida desqualificada, precarizada e abandonada (entregue ao bando)*, conforme delineado por Agamben (2004). É a *vida nua deste homo sacer do século XXI*, passível de redução à pura sobrevivência biológica posta sob a “desproteção” do Estado que, simultaneamente, a converte em vida precária, vulnerável e exposta ao direito do soberano de “*fazer viver e deixar morrer*”.

Abre-se a possibilidade de considerar este *homo sacer* em relação a qual qualquer homem que pode comportar-se na condição de soberano, capaz de exercer o direito de “*fazer morrer*”, sem cometer um delito. Nestas condições, sob a simbolização contemporânea do *homo sacer*, a figura do “*morador da periferia/de favelas*” encontra-se exposta não só às ações dos “outros” em seus territórios vividos, aqui representado pelos grupos criminosos atuantes nestas margens. Estão submetidos ainda à violência de um “outro” encarnado, contraditoriamente, no Estado, que deveria garantir-lhes as seguranças civil e social como direitos de cidadania.

Este poder soberano estatal de “*fazer viver e deixar morrer*” resguarda a possibilidade de provocar a morte simbólica ou real destes que são considerados e homogeneizados e estigmatizados como os de “*raça ruim*”, os fora da norma e da ordem, os “*inimigos*”, os “*degenerados*” e os “*perigosos à população e à ordem instituída*”. Ou seja: autoriza tacitamente tanto o extermínio direto de suas vidas (resguardando o exercício do poder soberano de “*fazer morrer*”), como as formas de extermínio indireto capazes de expor ou potencializar os riscos de morte biológica, política e/ou social. Em verdade, dentre os meus interlocutores residentes em espaços ditos “*periféricos*” e “*hiperperiféricos*” de Fortaleza-Ce – em evidência a *favela como exemplo radical do universo da periferia* (FELTRAN, 2011a) – há os que se sentem “*deixados ali jogados para morrer, para se matarem*”¹², para retomar aqui a fala de uma interlocutora. Eis a figura do *homo sacer* contemporâneo, cuja vida encontra-se *abandonada* em certos territórios de nossa metrópole: refiro-me aos habitantes das margens em seu sentido exacerbado na experiência do “viver acuado” nestes territórios nomeados de “favelas”, imersos em situações de *vulnerabilidades socioeconômica e civil* (KOWARICK, 2009).

12 Fragmento de entrevista concedida por moradora da região do Grande Bom Jardim, em novembro de 2010, ao referir-se aos episódios em que a polícia é chamada a “sair de cana” nestes territórios para que os grupos criminosos possam agir quando se propõe a “fazer a limpeza na área” e/ou promover a “matança” com relação aos seus inimigos. Segundo esta interlocutora, em alguns casos, os “vagabundos-bandidos” de sua área avisam aos policiais responsáveis pela área que irão “agir” – cobrar dívidas de tráfico, invadir outras áreas rivais e/ou cometer vinganças – e constroem acordos tácitos para que, nestes momentos, a polícia mantenha-se afastada.

13 Segundo Foucault, a biopolítica consiste em tecnologia/forma de exercício do biopoder. Este autor delinea o momento de produção do biopoder, na segunda metade dos séculos XVIII e XIX, no qual a vida passou a sujeito-objeto do Estado de governo e da sua técnica de polícia, apontando a transformação da política em biopolítica. Trata-se de um exercício do poder (o biopoder) voltado à *gestão da vida ou poder sobre a vida* em duas formas: a “anátomo-política do corpo” ou Iorgano-disciplina da instituição (mecânica do poder sobre o homem-corpo/ poder disciplinar) entrecruzada à “biopolítica da espécie humana” bio-regulamentação estatal (mecânica do poder sobre o homem-espécie ou população/ regularização das populações), para usar aqui os termos foucaultianos. Foucault anuncia, assim, o nascimento da biopolítica ao ressaltar que: (...) *os processos de vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los* (...) deveríamos falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Não é que a vida tenha

Nestes espaços urbanos, mesmo quando os indivíduos se encontram *incluídos* precária e/ou formalmente no âmbito jurídico-político da cidadania, permanecem, de fato, *excluídos*, involuntária (por motivos socioeconômicos) ou voluntariamente, conforme já anunciado na instigante reflexão de Agamben (2004a; 2004b). Lugares passíveis de serem convertidos em espaços onde “*tudo torna-se possível*”, até mesmo escolher quais vidas “*merecem viver*” e quais “*merecem ser deixadas para morrer*”. Explícita, assim, uma ambígua relação na qual a biopolítica¹³ (política sobre a vida biológica) pode se transformar em tanatopolítica¹⁴ (política sobre a morte) sempre que o Estado identificar, supostamente, uma situação real ou potencial de *perigo* ou de *riscos produzidos* na contemporaneidade e se propuser a agir violenta e indiscriminadamente em nome da “*segurança da população*” (FOUCAULT, 1999, 2008; AGAMBEN, 2004a). Esta tem sido uma condição registrada, muitas vezes, nas experiências dos narradores em condição de pobreza e residentes em bairros periféricos em Fortaleza e que, na especificidade destes territórios do Grande Bom Jardim, parece-me paradigmática.

Vidas liminares submetidas a um *estado de exceção*, no qual todo o ordenamento jurídico-político pode ser suspenso e a máxima do “*tudo se torna possível*”, e que parece, de fato, em vias de materialização nestes espaços urbanos. Segundo enfatiza Agier (2011, 40), esta configuração da *vida nua*, remetida aos espaços urbanos às margens do Estado, encontra-se, na imagem pública das “favelas”, “(...) *fora de qualquer reconhecimento de uma biografia social, local, política que se realiza num espaço específico, ou em espaços múltiplos que a põe à parte*”. Nestes espaços urbanos, o dito estado de exceção - inscrito nas fraturas do “Estado de direito” à brasileira - restringe e nega direitos democráticos, sob o pretexto de salvaguardá-los ou mesmo expandi-los (SANTOS, 2008). Se, por um ângulo, uma dimensão da ordem democrática pluralista parece trivializada, a política desacreditada e a vida passível de eliminação em nome de sua preservação (tanatopolítica), por outro, a democracia liberal, a cultura hiperindividualista e o recurso à violência física, posta como forma de resolução de conflitos, parece fortalecer-se por dentro destes territórios em tempos contemporâneos.

Em meio a este “*viver acuado*”, “*sujeito a tudo*” e “*não ter com quem contar*”, para usar os termos nativos, identifiquei outro traço significativo: o adensamento das desconfianças e mútuas acusações entre os moradores. Esta condição de medo e insegurança tende a fragilizar seus vínculos de vizinhança e ampliar a sensação de solidão, isolamento e abandono, mesmo entre os seus supostos “(des)iguais” “*semelhantes*”, em termos da precarização socioeconômica e civil. Segundo relatos de moradores, qualquer um pode tornar-se a próxima vítima a ser exterminada (a figura do *homo sacer*). Na

mesma proporção que *qualquer um* – inclusive aqueles jovens no “*mundo do crime*”, embora *conhecidos desde criança*, que falam com seus filhos e dizem “*com você é limpeza*” – pode tentar matá-los, até mesmo aos seus familiares, “amigos” e/ou vizinhos, segundo afirmou a interlocutora Teresa em relação à primeira tentativa de assassinato sofrida por seu filho executado em 2012: “*Aí, de repente, o cara vem e papoca fogo, sem você saber qual é o motivo. (...)*”.

Importa registrar ainda a privação do direito à liberdade de ir e vir dentro e entre os micro espaços circunvizinhos de moradores com parentes em “*territórios rivais e/ou com inimizades*” entre si. Eles evitam visitar seus familiares e amigos pelos *riscos/perigos* de estar no espaço público da rua e, principalmente, atravessar as fronteiras físicas e simbólicas demarcadas nestes locais pelos grupos criminosos rivais. Quando existe o “envolvimento” de familiares e/ou amigos com a criminalidade local, os riscos de atravessar fronteiras tornam-se mais intensos, constituindo-se em verdadeiras “*zonas proibidas*” para certos interlocutores.

São fragmentos de vida que auxiliam a tentar interpretar este “*viver acuado, viver com medo, viver na insegurança, sem ter com quem contar*”, nestes territórios situados na região do Grande Bom Jardim, conforme os termos nativos. Ignorar fronteiras físico-simbólicas e as “regras” do lugar pode redundar em maior exposição aos “*perigos da rua*” e, no caso dos “envolvidos” diretos com a criminalidade local e seus familiares, resultar em assassinatos sumários tão recorrentes nestes espaços urbanos. Conforme alertou Feltran (2011a), o “*crime*” expande-se para além de “*práticas criminosas*” nestas periferias contemporâneas. Portanto, não é preciso estar “envolvido” diretamente com as disputas por territórios de drogas ou demais práticas criminosas, pois as redes de relações próximas, estabelecidas no lugar, podem transformar-se em motivos para ser alvo de estigmatizações, segregações socioterritoriais e de múltiplas práticas de violência urbana, cujo extremo tem sido o homicídio/execução sumária.

As narrativas e experiências de parcela dos(as) interlocutores(as) reiteram os sentidos atribuídos aos seus territórios como *espacialidade do medo e da insegurança*, com efeitos pessoais e sociais consideráveis ao seu viver cotidiano. Nestas circunstâncias de permanente tensão, insegurança e riscos/ameaças a que se sentem submetidos(as), aprofundam-se algumas tendências identificadas no trabalho de campo: isolamento e hiperindividualização destes residentes dentro de seus territórios; um tipo de cerceamento e/ou enclausuramento dos moradores no espaço privado da casa e evitamento do espaço público da rua; fragilização dos vínculos de vizinhança e, mesmo, familiares; relações marcadas por desconfianças em relação aos “outros” do lugar,

sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominam e a gerem; ela lhes escapa continuamente. (...) Mas, o que se poderia chamar de ‘limiar de modernidade biológica’ de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (2008: p. 156; grifo nosso). Nesses moldes, o biopoder passa a ser exercido, sobretudo, pelo Estado moderno e pela tecnologia da biopolítica centrada na vida e no homem enquanto ser vivo (espécie vivente). É a vida humana – em seu sentido biológico – a pedra de toque da política moderna, capaz de processar um tipo de *politização, estatização ou regulamentação da vida da população*. Para Foucault (1999; 2008), o efeito histórico desta tecnologia de poder centrada na vida da população (biopolítica) foi a constituição de uma sociedade normalizada (ou de normalização) na qual a lei tornada norma (o “discurso verdadeiro” e seus efeitos de poder) estrutura-se em instituições e mecanismo de caráter

regulador da vida social. Nesta sociedade, entrecruzam-se a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Estes dois polos do biopoder foram responsáveis pelos processos de regulação social indispensáveis ao desenvolvimento e maximização do capitalismo. E a prevalência da biopolítica parece abrir espaço para a *regulamentação e/ou gestão técnica da vida social* na qual as possibilidades de política como criação de novas possibilidades de viver parecem minimizar-se.

14 Na perspectiva do biopoder, a biopolítica pode converter-se em tanatopolítica sempre que o Estado identificar uma situação real ou potencial de *perigo* ou de *riscos produzidos*. É a própria noção de *Estado de direito moderno* convertido em *Estado de governo* que se encontra posto em xeque nesta discussão. Em primeira instância, este Estado parece traduzir-se em técnicas políticas de controle e administração da multiplicidade da vida, ou melhor, uma forma de *governar condutas* expressa na configuração da biopolítica como tecnologia de biopoder. Afinal, no momento em que a *vida* passou a objeto de *valor* e de *desvalor* fundante da biopolítica, o poder incide sobre os *seres vivos* – ou sobre as vidas,

considerados “suspeitos e inimigos em potencial”. De maneira ampliada, parece ser a própria dissolução de seus lugares praticados que se encontra em curso.

Os direitos à fala e à autonomia individual ficam comprometidos em função da dinâmica da violência urbana e de uma correlata “*lei do silêncio*” imposta nestes espaços. Se a violência difusa impõe esta “lei”, também os seus efeitos criam as possibilidades de sua ruptura. Rupturas, no entanto, individualizadas e abruptamente protagonizadas, via de regra, feitas por *mulheres-mães-avós*, em suas explosões de *dor transformada em sofrimento* diante dos corpos assassinados de seus filhos, quando denunciam, no espaço público (da rua) e diante da mídia televisiva, os possíveis assassinos e pedem que a “*justiça seja feita*”. Experiências de perdas cotidianas, transformadas em denúncias-entretenimento e tantas vezes repetidas, fazendo desaparecer os seus sentidos. Imagens esvaziadas como espetáculos midiáticos, tão comuns em Fortaleza, conforme reproduzidas em nossos programas televisivos “*policialescos*”: Barra Pesada, Cidade Alerta 190, Os Malas e a Lei, Brasil Urgente Ceará, Linha Direta, Comando 22, Rota 22, exibidos nos canais de TV aberta.

Para outras destas *mulheres-mães-avós* de jovens assassinados nestas margens, como no caso de minha interlocutora-chave – cujo filho foi executado em 2012 – mantém-se, todavia, o silêncio, a dor e a descrença nas instituições estatais, em especial, de “*segurança pública*” e na “*justiça*”. Apesar de deter informações sobre quem matou seu filho, obrigou-se ao silêncio e reafirmou o que havia me dito em entrevista realizada em 2010: “*polícia não faz nada! Só Deus pra resolver. Polícia não faz nada! Eu entrego a Deus. Não vou procurar vingança não (...) Justiça para pobre não existe ...* aliás, existe, põe na cadeia e esquece. E pra mim, justiça não é nada! Eu não gosto de nada de *justiça! É muita confusão*” (Teresa). O descrédito em relação à ordem legal e às instituições estatais, com destaque para a chamada a nossa “*polícia comunitária*” (Ronda do Quarteirão) e a “*justiça*”, parece fortalecer as recorrências à prática de vinganças e/ou de “*fazer justiça com as próprias mãos*” presentes nestes territórios, não limitadas às ações do narcotráfico, segundo ressaltou uma de minhas interlocutoras:

Apelar pra quem? A gente liga, o pessoal liga para os distritos e não resolvem nada! A gente denuncia e nada acontece. Justiça, só a de Deus! Por isso que o povo se arma e faz justiça com as próprias mãos ... No dia da chacina aqui, nós estávamos na porta de casa. Chegaram dois homens numa moto e saíram atirando. Mataram gente que a gente conhecia desde quando nasceu. Tinha dois que estava metido no trampo. Eram nossos amigos ... A menina que morreu, a F. vivia lá em casa. Mataram gente

inocente ... Mataram outro em frente a minha rua. A coisa está só piorando! *Ninguém se mete, com medo de levar também. Porque somos todo dia ameaçados.* (...) Se alguém estiver apanhando, quem for se meter e falar contra, pode ser preso por desacato [à autoridade]. Os policiais que fazem ronda ficam marcando quem não baixa a cabeça e prometem pegar a gente. Eles chegam na rua e se nós tiver na calçada manda tudo pro paredão pra fazer a busca [de armas e drogas]. Eu disse que num ia. Estava sentada na porta da minha casa. Ele (um policial do Ronda conhecido na área) ficou me ameaçando. Passa no carro do Ronda e fica olhando ... (Ariadne, jovem de 24 anos. Reside no Bom Jardim desde que nasceu).

Dentre os efeitos sociais dos supracitados processos em curso nestes microespaços em estudo, destaco que a alternativa à organização e lutas político-sociais por parte de seus moradores parece cada vez mais impotente, segundo as versões de parte dos(as) interlocutores(as). Embora haja referência às iniciativas organizativas da sociedade civil local, reconhecidas por órgãos do poder público (SER V, 2011), os residentes com os quais conversei não as legitimam e nem às suas lideranças territoriais. Suas reivindicações e/ou denúncias, quando levadas ao espaço público, são feitas individualmente e/ou dirigidas à mídia televisiva fortalezense, com destaque para os citados programas “policialescos”. E o recurso à violência física tem imperado como a possibilidade de resolução dos conflitos (pessoais, sociais e/ou políticos) postos no cotidiano destes interlocutores em seus espaços de moradia.

As relações de confiança, intimidade e a aproximação entre os residentes, embora presentes em suas relações cotidianas nestes territórios, parecem bem menos intensas nestes anos 2000. As práticas de idas e permanências ditas *desnecessárias* na casa de vizinhos ou no espaço público da rua, como sentar-se nas calçadas para conversar a qualquer hora ou deixar os filhos brincarem na rua, tornam-se práticas evitadas pelos moradores. Se o fazem, é mediante uma tensão e vigilância redobrada!

De fato, o espaço da *rua* emerge, nos relatos de interlocutores desta pesquisa, associado a “*medos, inseguranças, perigos/ameaças/riscos*” imprevisíveis e incontroláveis. Sinônimo de exposição a uma violência difusa e lócus onde rondam os tipos sociais considerados “*perigosos/ameaçadores/indesejáveis*” dentro da localidade. A rua opõe-se, assim, aos espaços da casa e do trabalho (quando existe) como seus lugares, por excelência, de principal tessitura de vínculos sociais, na ótica de alguns entrevistados. Os contatos pessoais entre os moradores parecem restritos ao mínimo indispensável

no dizer de Agamben (2004a; 2004b) – tomados em sua dimensão biológica, e não sobre os sujeitos de direitos e sua biós (vida qualificada) na esfera da política. Neste percurso, a biopolítica pode encontrar-se ambigualmente com a tanatopolítica, de maneira a pôr em questão (ou em risco) vidas humanas em nome de uma suposta defesa da sociedade ou da vida da população. As distinções entre polícia e política tendem a desaparecer. A política declina em biopolítica. E a polícia torna-se a encarnação desta biopolítica. Na interpretação de Agamben (2004), esta conversão significou que a tutela da vida coincidiu com a luta contra o inimigo (interno ou externo) realizada contra os *perigosos para a vida da população e em defesa da sociedade*, materializando-se no biopoder estatal.

à manutenção deste *equilíbrio social instável* vivido nestes espaços, tanto em relação aos não diretamente *envolvidos* com a criminalidade local, como aos *envolvidos*. E a busca por maior privacidade/intimidade, hiperindividualização e distanciamento parece ser um traço recorrente nestes territórios estigmatizados, expressando certo incômodo, em termos do controle social entre os moradores, relacionados ao fato de a maioria se (re)conhecer.

Em síntese, a tendência às práticas sociofóbicas locais de evitação, distanciamentos mútuos e distinções sociais internas são recorrentes nestes espaços, delineando configurações singulares de um “viver acuado” nas margens de Fortaleza-Ce. Parece prevalecer um permanente estado de alerta/vigília, reserva, distanciamentos e desconfianças mútuas entre os residentes em suas teias relacionais locais. Neste sentido, seus discursos e práticas delineadoras de um “viver acuado” e suas táticas individualizadas de um “saber viver” parecem apontar para uma fragilização dos vínculos sociais e hiperindividualização em meio às práticas cotidianas de evitação do espaço público da rua, reclusão dos residentes na esfera privada – mediante o recuo ao refúgio idealizado da família e da casa – e demarcação de espaços proibidos intra e entre territórios. Reproduzem, por vezes, dinâmicas e práticas de estigmatizações e de segregações socioterritoriais neste Grande Bom Jardim. Elementos a exigir, desta feita, estudos posteriores para aprofundamento destes “achados” de pesquisa sobre nossas margens urbanas neste século XXI.

Artigo
Recebido: 20/07/2015
Aprovado: 20/10/2015

Keywords:
urban margins,
stigmatized
territories, fear and
(in) security.

ABSTRACT: This article interprets discursive productions on urban margins as spatiality of fear and (in) security from the point of view of stigmatized territories of residents in the Greater Bom Jardim, in Fortaleza-Ce. It is clipping my doctoral thesis on poverty meanings and place (s) created in urban margins in this metropolis in the 2000s I opted for qualitative research, with the adoption of participant observation and ethnographic interviews. It is a socio-anthropological study detailed in two territories of the region, over which fall territorial stigmatization and social segregation and social disqualification of its residents in poverty. In these spaces, are outlined everyday symbolic struggles and territorial intra woven among its residents regarding the meanings attributed to their neighborhoods. It discusses-here the version that sees the territory as lived spatiality (s) of fear and insecurity (s) tuned to topofobicas practices dwell in sociofobicas and social avoidance. This perspective demarcates trends of a “live trapped” in these spaces, to demand multivocal and polysemic reflections about living in urban banks in contemporary times, considering the hybridized face of punitive welfare-state active in this region.

Referências

AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004a.

_____. Estado de exceção. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004b.

AGIER, M. Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011 (Coleção Antropologia Hoje/ Núcleo de Antropologia da USP).

BEZERRA, L. P. de S. POBREZA E LUGAR NAS MARGENS URBANAS: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ce.

_____. Diagnóstico Social de Fortaleza-Ce: uma análise da questão social nos espaços urbanos. Fortaleza, 2010 (mimeo).

BARREIRA, C. Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. Fortaleza-Ce: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, I. A. Lição 5 – A cidade e o medo. In: BARREIRA, C. BATISTA, E. (Orgs.). (in)Segurança e Sociedade: treze lições. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, Ce: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Trad. Miguel Serras Pereira. Rio de Janeiro: Relógio D'Água, 2005.

_____. Danos colaterais: desigualdades numa era global. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BEAUD, S. & WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. O senso prático. Trad. Maria Ferreira; revisão e trad. Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Efeitos de lugar. In: A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Clássicos; 4).

CASTEL, R. .A insegurança social: o que é ser protegido?. Trad. Lúcia M. Endlich. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópoli, RJ: Vozes, 1994.

CORDEIRO, D. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedade. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

FELTRAN, G. de F. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011a.

_____. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, L & MARQUES, E. (Orgs.). São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011b.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

GEERTZ, C. Saber Local, Petrópolis: Vozes, 2000.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LASCH, C. O Mínimo Eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITE, M. P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LINDÓN, A. & HIERNAX, D. La periferia: voz y sentido em los estudios urbanos. Universidad Autónoma Del Estado de México. México: Papeles de POBLACIÓN. n. 042, octubre-diciembre, 2004.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACHADO DA SILVA, L. A. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Para um novo senso comum, v. 4).

SOUZA, J. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora FMG, 2006.

TELLES, V. A cidade nas fronteiras do ilegal e ilegal. Belo horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

VALDEBENITO, R. m. G. “Nosotros y los otros”: segregación urbana y significados de La inseguridad em Santiago de Chile. In: LINDÓN, A., HIERNAUX, D. & AGUILAR, M. A. (coords.). Lugares e imaginários em La metrópolis. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM – Iztapalapa. Div. Ciências Sociais y Humanidades, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo MANA, v. 8, n. 1, pp. 113-148, 2002.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de janeiro: Revan, 2005.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.